EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 19/2025

PROGRAMA “ADOTE UMA PRAÇA”

A Prefeitura do Município de Itapevi, por meio da SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS, em atenção ao disposto no Decreto nº 5.667/2021 e na Lei nº 2.519/2017, torna público que:

1. RECEBIMENTO DE PROPOSTA

Foi recebida proposta formal da Associação Comercial e Industrial de Itapevi- ACITA, inscrita no CNPJ sob nº 51.442.556/0001-79, para a execução de projeto de adoção e revitalização paisagística de áreas públicas apontadas pela Administração.

2. OBJETO

Promover a valorização dos espaços públicos, a melhoria do meio ambiente urbano, o bem-estar da população e o embelezamento das áreas verdes, por meio da implantação, manutenção e revitalização paisagística.

3. MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Nos termos do princípio da impessoalidade e da transparência administrativa, ficam abertos os prazos legais para que outros interessados possam apresentar manifestação de interesse para adoção das mesmas áreas públicas.

4. LOCAIS INDICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Endereço sugerido	Localização Aproximada	Bairro / Região	coordenadas geográficas
Chaluppe, 11 - Centro	Avenida Feres Nassife com Terminal de ônibus	Centro	23°32'41.0"S 46°56'01.5"W
Rod. Eng. Renê Benedito da Silva, 5500	Rodovia Engenheiro Rene Benedito da Silva, incluir KM ou número (em frente ao PA Amador)	Amador Bueno	23°32'09.4"S 46°58'57.6"W
Av. Rubens Caraméz, 49 - Centro	Rotatória da Cohab	Centro	-23.550667, - 46.938955
Av. Rubens Caraméz, 49 - Centro	Rotatória da Cohab com Avenida Feres Nassife	Centro	-23.550598, - 46.938592
Avenida Rubens Caraméz, altura do nº 1.000	Avenida Rubens Caraméz, altura do nº 1.000 (em frente Ginásio de Esportes)	Vila Aurora	-23.553905, - 46.935718
Avenida Rubens Caraméz, altura do nº 21	Avenida Rubens Caraméz (em frente ao Nosso Lar)	Suburbano	-23.562710, - 46.929515
Av. Feres Nacif Chaluppe - Centro	Av. Feres Nacif Chaluppe (na altura da West Side Gallery)	Centro	-23.547712, - 46.936471
R. Eduardo de Abreu - Vila Dr. Cardoso, altura do nº 20	Corredor Oeste (Cardoso)	Cardoso	-23.535657, - 46.922701
Rua Professor Irineu Chaluppe, 2	Viaduto José Santos Novaes	Centro	-23.544840, - 46.932533
R. José Michelotti, 540	Viaduto José Santos Novaes	Centro	-23.543566, - 46.935342
Rod. Cel. PM Nelson Tranchesi, km 33 - altura do nº 2036	Rodovia Cel. PM Nelson Tranchesi - back ligths	Nova Itapevi	-23.520724, - 46.932271
Rod. Cel. PM Nelson Tranchesi, km 34 - altura do número 1730	Rodovia Cel. PM Nelson Tranchesi - altura CLI	Itaqui	-23.524375, - 46.936220

Rod. Cel. PM Nelson	Rodovia Cel. PM Nelson		
Tranchesi, km 35	Tranchesi - retorno	Itaqui	
	momumento de ferro (quase em frente a placa principal)		-23.532792, - 46.936793

5. PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar deste chamamento público Organizações da sociedade civil, associações de moradores, pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou público, todas estabelecidas ou com residência em Itapevi, não sendo obrigatório que atuem diretamente no ramo de paisagismo, desde que se comprometam a garantir a execução adequada dos serviços contratados.

5.2 A vencedora poderá, para o cumprimento das exigências técnicas, contratar prestadores de serviços especializados ou terceiros, assumindo integralmente a responsabilidade pela execução, qualidade e manutenção do projeto, conforme critérios definidos pela Prefeitura Municipal de Itapevi.

5.3 Ressalta-se que quaisquer vínculos trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações ou obrigações decorrentes da contratação de profissionais ou empresas terceirizadas serão de inteira responsabilidade da cooperante, não recaindo sobre a Prefeitura Municipal de Itapevi nenhuma responsabilidade solidária ou subsidiária.

5.4 Ficam excluídas da participação na campanha e do chamamento público aqueles que: a) estejam impedidos de licitar ou que tenham sido declarados inidôneos perante o Poder Público Municipal;

b) possuam débitos fiscais para com o Município de Itapevi ou que estejam sujeitas à cobrança de reparações de prejuízos causados ao erário;

c) não atendam os requisitos e demais especificações determinadas pela Administração Pública.

5.5 Não serão admitidas propostas que resultem em restrição de acesso à área objeto da cooperação ou que impliquem alteração de seu uso.

6. OBRIGAÇÕES DA COOPERANTE

6.1 A Cooperante será responsável por:

- Apresentar e executar o projeto paisagístico e de mobiliário urbano conforme aprovação da Prefeitura;
- Arcar com todas as despesas relativas à elaboração, execução e manutenção do projeto, incluindo materiais, equipamentos e mão de obra;
- Contratar terceiros, quando necessário, sem transferir quaisquer ônus à Prefeitura;
- Garantir suporte técnico e manutenção por, no mínimo, 6 (seis) meses após a execução;
- Observar e cumprir toda a legislação ambiental vigente e aplicável, bem como o Decreto nº 5.667/2021 e a Lei nº 2.519/2017;
- execução de obras e serviços mediante prévia expedição de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART perante o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA e atendimento aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança determinados nas Normas Técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

7. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 O Município de Itapevi se compromete a:

- Ceder o espaço público necessário para a execução do objeto do acordo;
- Fiscalizar a execução das atividades previstas no termo de cooperação;
- Garantir as condições administrativas mínimas para o cumprimento do objeto proposto;
- Autorizar a instalação de placas conforme as normas de comunicação visual e publicidade previstas neste edital e na legislação vigente.

8. CONTRAPARTIDA

8.1 Nos termos do Decreto Municipal nº 5.667, de 08 de novembro de 2021, o Município permitirá à cooperante e parceiros adotantes a veiculação de publicidade direta ou indireta, por meio da instalação de placa vertical na área adotada, desde que em conformidade com as normas públicas, a legislação vigente e os critérios estabelecidos neste edital.

- A placa deverá ser confeccionada no formato de 50x50 cm, com distância de 40 cm do solo e a cada 50m².
- Conteúdo obrigatório: nome do projeto, logomarca da empresa adotante, logomarca da Prefeitura de Itapevi e a identificação do programa “Adote uma Praça.
- Vedação: é proibida a inserção de conteúdos promocionais, publicitários ou institucionais de terceiros ou que não estejam em conformidade com o Decreto;
- Posicionamento: a fixação da placa deverá ser previamente aprovada pelo Município quanto à localização e visibilidade, respeitando critérios técnicos e de segurança.
- Em nenhuma hipótese as placas indicativas de cooperação serão luminosas.
- O layout e dizerem da placa deverão ser aprovados pelo Município.

8.2 O não cumprimento das disposições sobre comunicação visual poderá resultar em advertência, suspensão ou rescisão do termo de cooperação.

8.3 A instalação de placas indicativas de cooperação estará condicionada à obtenção de autorização expressa do Município, mediante análise e licenciamento nos termos da legislação municipal vigente, especialmente a Lei nº 2.519, de 08 de dezembro de 2017 (Projeto Cidade Limpa), e seus regulamentos.

8.4 A aprovação do layout da placa não dispensa a obtenção das demais autorizações ou licenças eventualmente exigidas pelos órgãos competentes, inclusive quanto ao local de instalação, segurança, impacto visual e harmonia com a paisagem urbana.

8.5 As placas indicativas de cooperação deverão respeitar, além das exigências deste Edital e do Decreto Municipal nº 5.667/2021, as disposições da Lei Municipal nº 2.519/2017 (Projeto Cidade Limpa).

9. PRAZO E LOCAL PARA ENVIO

Os interessados deverão protocolar suas propostas até 18/08/2025, pessoalmente na **SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS, na Rua Agostinho Ferreira Campos, 675 – Vila Nova Itapevi, 1º andar, das 8:00 às 17:00 horas.**

10. DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

10.1 Até o dia e hora designados, o interessado deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Habilitação Jurídica: no caso de pessoa física:

i) cópia do RG;

ii) cópia do CPF;

iii) cópia de um comprovante de endereço

a) no caso de pessoa jurídica:

i) cópia do registro comercial, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado, ato constitutivo e alterações subsequentes ou autorização para funcionamento, conforme o caso;

ii) cópia da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

iii) RG e CPF do diretor, sócio ou procurador que representa a pessoa jurídica.

10.2 Plano de trabalho com escopo, cronograma, metodologia, responsável técnico e, se for o caso, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

10.3 Descrição das melhorias urbanas, paisagísticas e ambientais, devidamente instruída, se for o caso, com projetos, plantas, croquis, cronogramas e outros documentos pertinentes.

10.4 Não estando a documentação de acordo com o exigido, o interessado será desclassificado.

11. JULGAMENTO

11.1 As propostas serão julgadas conforme os critérios definidos abaixo. Em caso de empate ou múltiplas propostas, será considerada vencedora aquela que melhor atenda ao interesse público, com base nos seguintes critérios complementares:

- Maior abrangência e impacto positivo sobre a área pública adotada;
- Proposta com maior grau de sustentabilidade e responsabilidade ambiental;
- Melhor plano de manutenção e fiscalização das ações;
- Experiência comprovada em projetos de natureza semelhante.

11.2 As propostas serão avaliadas com base nos seguintes critérios, totalizando 100 (cem) pontos:

a) Qualidade Técnica da Proposta – 40 pontos

- Criatividade, inovação e qualidade estética do projeto paisagístico – até 20 pontos;
- Adequação das espécies vegetais ao clima e ao ambiente urbano de Itapevi – até 10 pontos;

- Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental (uso racional de recursos, espécies nativas etc.) – até 10 pontos.

b) Viabilidade e Metodologia de Execução – 30 pontos

- Coerência e viabilidade do cronograma de execução e manutenção – até 15 pontos;
- Detalhamento técnico da metodologia proposta, incluindo plano de manutenção – até 10 pontos;
- Plano de gestão e fiscalização dos serviços, inclusive quanto à contratação de terceiros – até 05 pontos.

c) Prazo de Cooperação – 30 pontos

* Propostas com prazo de cooperação de:

3 meses – 10 pontos

6 meses – 20 pontos

12 meses – 30 pontos

12. COMISSÃO DE ANÁLISE

12.1 Será designada, por ato do Prefeito ou do Secretário competente, uma Comissão de Análise, composta por servidores técnicos das áreas envolvidas, incumbida de:

- Avaliar as propostas apresentadas;
- Emitir parecer técnico e classificatório;
- Conduzir diligências e solicitar informações complementares, quando necessário.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 O presente chamamento não gera direito à celebração de termo de cooperação até a devida análise técnica e deliberação da Administração Pública.

13.2 NÃO haverá nenhum aporte financeiro do Município para execução do objeto do presente Acordo de Cooperação.

13.3 O Acordo de Cooperação contido neste Edital não vincula qualquer das partes em contratações futuras.

13.4 As áreas públicas abrangidas (praças ou espaços adotados) poderão ser alteradas pela Administração Pública, sem que gere qualquer tipo de indenização.

13.5 As benfeitorias realizadas nos locais objeto de cooperação serão incorporadas ao patrimônio público municipal, não assistindo à Cooperante, na vigência da cooperação, no encerramento desta, ou ainda na hipótese de rescisão do acordo de cooperação, direito a indenização, a qualquer título.

13.6 O resultado ficará disponível na SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS e será publicado no Diário Oficial do Município de Itapevi, sendo de inteira responsabilidade do participante acompanhar o respectivo Diário Oficial do Município;

13.7 É facultado ao participante, ou a qualquer interessado a interposição de Impugnação ao Edital, até 5 (cinco) dias da data limite para a entrega da documentação e proposta, em face de vícios ou irregularidades porventura nele existente, mediante solicitação por escrito protocolada na SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS.

13.8 Decairá do direito a impugnar os termos deste edital perante a Administração Pública, qualquer interessado que o aceitando sem objeções, vier a apontar, depois do prazo fixado no subitem 13.7, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de impugnação.

13.9 É facultado a qualquer participante, em decorrência das decisões relacionadas ao presente certame, a apresentação de Recurso, protocolado na SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação no Diário Oficial do Município;

13.10 Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo.

13.11 Não serão aceitas impugnações, intenção de recurso e nem mesmo a interposição de recursos VIA FAX ou qualquer outro meio de comunicação. Tais atos serão admitidos somente por escrito, mediante protocolo, em documento entregue na SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS, das 08h00 às 17h00.

13.12 É de responsabilidade do participante acompanhar todo o certame.

13.13 O Município de Itapevi, a qualquer momento, visando o interesse público, poderá suspender ou cancelar o presente Chamamento Público, sem que isso gere quaisquer direitos aos interessados ou a terceiros.

13.14 O MUNICÍPIO não responderá por quaisquer obrigações assumidas pela Cooperante em razão dos termos deste ACORDO, seja para os integrantes do seu quadro

de funcionários ou terceiros contratados, seja para com os Poderes Públicos, além de quaisquer obrigações de natureza cível, tributária, criminal, decorrentes de relações trabalhistas e previdenciárias, acidentário, entre outros.

13.15 O termo de cooperação celebrado poderá ter validade inicial de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado, conforme disposto no art. 14 do Decreto Municipal nº 5.667/2021. A prorrogação dependerá de manifestação expressa da Administração, mediante avaliação da execução do objeto e do interesse público.

13.16 Caso não haja outras manifestações de interesse no prazo estabelecido neste edital, o Município poderá celebrar o Acordo de Cooperação diretamente com o proponente original que apresentou a manifestação formal inicial, desde que preenchidos todos os requisitos legais, observado o interesse público e mediante aprovação da Comissão de Análise.

Itapevi, [data da publicação].

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS.

ACORDO DE COOPERAÇÃO – PROGRAMA ADOTE UMA PRAÇA

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITAPEVI E _____

Por este instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE ITAPEVI**, inscrito no CNPJ sob o nº 46.523.031/0001-28, com sede à Rua Agostinho Ferreira Campos, nº 675, Nova Itapevi, Itapevi/SP, neste ato representado pelo Secretário Municipal da SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS, Sr. _____, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e de outro lado, _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, situada na Rua _____, representada na forma de sua Diretoria, _____, doravante denominada _____, celebram o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente acordo tem por objeto a cooperação mútua para a implantação, manutenção, revitalização paisagística, conservação e valorização da área pública situada em _____, conforme proposta aprovada pela Comissão de Análise designada pela Administração Municipal, em atenção ao Edital nº 19/2025 – Programa “Adote uma Praça”.

1.2 Do presente ACORDO não resultará qualquer obrigação de cunho pecuniário ou financeiro para o MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PERMISSÃO DE USO DO ESPAÇO PÚBLICO

Durante a vigência do presente Acordo, o MUNICÍPIO concede à COOPERANTE, a título gratuito e precário, a permissão de uso da área pública mencionada na Cláusula Primeira, exclusivamente para os fins aqui pactuados, sem que tal cessão gere qualquer direito real sobre o bem público.

Parágrafo único. A presente permissão de uso poderá ser revogada a qualquer tempo por interesse público ou pelo descumprimento das condições aqui estabelecidas, sem que isso gere direito a qualquer tipo de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA COOPERANTE

A COOPERANTE se obriga a:

- I – Apresentar e executar o projeto paisagístico e de mobiliário urbano conforme aprovação da Prefeitura;
- II – Arcar com todas as despesas relativas à elaboração, execução e manutenção do projeto, incluindo materiais, equipamentos e mão de obra;
- III – Contratar terceiros, quando necessário, sem transferir quaisquer ônus à Prefeitura;
- IV – Garantir suporte técnico e manutenção por, no mínimo, 6 (seis) meses após a execução;
- V – Observar e cumprir toda a legislação ambiental vigente e aplicável, bem como o Edital 19/2025, o Decreto nº 5.667/2021 e a Lei nº 2.519/2017;
- VI – Providenciar a execução de obras e serviços mediante prévia expedição de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), e atender aos requisitos técnicos de qualidade, segurança e durabilidade segundo as normas da ABNT;

VII – Não restringir o acesso da população à área adotada, nem alterar seu uso original;

VIII – Assumir integralmente os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários e demais responsabilidades decorrentes da execução do objeto, inclusive no caso de contratação de terceiros, eximindo o Município de quaisquer vínculos solidários ou subsidiários.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO se compromete a:

I – Ceder o espaço público necessário para a execução do objeto do acordo;

II – Fiscalizar a execução das atividades previstas no termo de cooperação;

III – Garantir as condições administrativas mínimas para o cumprimento do objeto proposto;

IV – Analisar as placas e Autorizar a instalação de placa indicativa de cooperação, conforme as normas de comunicação visual e publicidade previstas neste acordo e na legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRAPARTIDA E PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

5.1 Nos termos do Decreto Municipal nº 5.667/2021, o MUNICÍPIO permitirá à COOPERANTE a veiculação de publicidade institucional por meio da instalação de placa vertical na área adotada, desde que respeitadas as condições a seguir:

I – A placa deverá ser confeccionada no formato de 50x50 cm, com distância de 40 cm do solo e a cada 50m²;

II – O conteúdo da placa deverá conter: nome do projeto, logomarca da empresa adotante, logomarca da Prefeitura de Itapevi e identificação do programa “Adote uma Praça”;

III – É vedada a inserção de conteúdos promocionais, publicitários ou institucionais de terceiros ou alheios ao objeto da cooperação;

IV – É proibida a instalação de placas luminosas ou com qualquer tipo de iluminação, bem como qualquer recurso que infrinja a Lei nº 2.519/2017 (Cidade Limpa);

V - A instalação estará condicionada à autorização expressa do Município e ao licenciamento previsto na legislação vigente;

VI - O layout e a localização da placa deverão ser previamente aprovados pelo Município;

VII - O descumprimento das normas de comunicação visual poderá ensejar advertência, suspensão ou rescisão do acordo de cooperação, a critério da Administração.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO E PRORROGAÇÃO

6.1 O presente Acordo de Cooperação terá vigência de 6 (seis) meses, contados da data de sua assinatura.

6.2 O prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante avaliação técnica da Administração Pública, conforme art. 14 do Decreto Municipal nº 5.667/2021 e desde que justificado o interesse público.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 O presente Acordo poderá ser rescindido:

I - Por iniciativa do Município, de forma unilateral, a qualquer tempo, mediante justificativa de interesse público;

II - Por inadimplemento ou descumprimento de quaisquer obrigações pela COOPERANTE;

III - Por solicitação da COOPERANTE, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, desde que mantida a segurança e limpeza da área até a reassunção pelo Município;

IV - Em caso de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados.

7.2 A rescisão não conferirá à COOPERANTE direito a qualquer tipo de indenização.

CLÁUSULA OITAVA - DAS BENFEITORIAS

8.1 As benfeitorias realizadas pela COOPERANTE na área objeto da cooperação serão incorporadas ao patrimônio público municipal, não assistindo à mesma, na vigência ou após o encerramento deste acordo, qualquer direito de retenção ou indenização, a qualquer título.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 O presente acordo não estabelece vínculo empregatício ou obrigação financeira entre as partes, sendo de inteira responsabilidade da COOPERANTE quaisquer encargos de natureza trabalhista, previdenciária, tributária ou civil relacionados à execução do objeto.

9.2 Este Termo poderá ser modificado pelas Partes, em qualquer de suas cláusulas e disposições, exceto quanto ao objeto e sua finalidade, desde que por meio de Termo Aditivo escrito e assinado pelas Partes.

9.3 Nenhuma das Partes poderá ceder ou transferir os direitos e obrigações previstos neste ACORDO sem o consentimento prévio e expresso da outra Parte.

9.4 A tolerância de qualquer uma das Partes quanto ao descumprimento das obrigações assumidas neste ACORDO não implicará em aceitação, novação precedente ou renúncia de quaisquer direitos.

9.5 As Partes garantem reciprocamente que estão investidas de todos os poderes e autoridade para firmar e cumprir as obrigações ora previstas e, ainda, que a assinatura e o cumprimento do presente acordo não constituem violação de direitos de terceiros, lei ou regulamento aplicável, ou, ainda, violação, descumprimento ou inadimplemento de qualquer contrato, instrumento ou documento do qual sejam partes.

9.6 As Partes reconhecem, expressamente, que os prepostos, empregados ou contratados do _____ não são empregados, mandatários ou procuradores do MUNICÍPIO e, em consequência, não poderão assumir obrigações em nome dela.

9.7 O presente Acordo não gerará qualquer tipo de ônus ou responsabilidade ao MUNICÍPIO, exceto as obrigações descritas expressamente neste Termo;

9.8 O MUNICÍPIO não responderá por quaisquer obrigações assumidas pelo _____ em razão dos termos deste ACORDO, seja para os integrantes do seu quadro de funcionários

ou terceiros contratados, seja para com os Poderes Públicos, além de quaisquer obrigações de natureza cível, tributária, criminal, decorrentes de relações trabalhistas e previdenciárias, acidentário, entre outros;

9.9 A fiscalização e gestão do presente acordo será exercida pela SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS.

9.10 As partes elegem o foro da Comarca de Itapevi/SP para dirimir eventuais conflitos decorrentes deste Acordo, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.